

Pregão Eletrônico Sesc em Minas 000187-23

ANEXO VII - MINUTA CONTRATUAL

Quadro resumo	Contratada	
	CNPJ	
	Representante	
	Objeto	Vigilância Patrimonial Desarmada
	Vigência	12 (doze) meses
	Valor Global	R\$

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por seu(sua) Diretor Regional Interino, Alberto Moreira Vieira, na qualidade de contratante e, do outro lado, digite... inscrita no CNPJ sob o nº digite..., com sede à digite..., neste ato representada por digite..., na qualidade de contratada, **RESOLVEM** firmar o presente **CONTRATO**, decorrente da licitação Pregão Eletrônico 000187-23 nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos, consolidado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc nº 1.252/12, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Objeto

1.1. O objeto deste contrato é a prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial desarmada, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e EPI's necessários para as Unidades que possuem Colégios Sesc e CRIAR Sesc, conforme especificações do Edital Pregão Eletrônico 000187-23, Termo de Referência e demais anexos.

1.2. São partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independentemente de transcrição, o Edital Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº. 000187-23 e seus anexos, bem como a Proposta de Preços da contratada e demais documentos do processo administrativo da contratação.



2. Obrigações do Contratante

2.1. São obrigações do contratante, além das eventualmente previstas no Edital e seus anexos:

- a. Exercer ampla fiscalização sobre os serviços contratados;
- b. Fornecer à contratada as informações e a documentação técnica indispensável à execução do objeto contratado, assim como acesso ao local de prestação de serviços, se necessário;
- c. Efetuar os pagamentos nas condições e preços contratados;
- d. Manifestar-se, em prazo razoável, sobre solicitações, cronogramas, e questionamentos da contratada, de forma a não prejudicar a execução do objeto.

3. Obrigações da Contratada

3.1. São obrigações da contratada, além das eventualmente previstas no Edital e seus anexos:

- a. Observar todos os prazos, cláusulas e obrigações fixadas neste documento, no Edital e seus anexos, bem como as determinadas pela fiscalização ao longo da execução contratual;
- b. Credenciar e manter preposto para representá-la junto à contratante, a fim de tratar de todos os assuntos relativos à execução dos serviços;
- c. Aceitar a inspeção e fiscalização da contratante e responder, tempestivamente, aos seus questionamentos, prestando esclarecimentos, fornecendo documentos e participando de reuniões sempre que solicitado;
- d. Manter atualizados, junto à contratante, seus dados relativos a telefone, e-mail e endereço;
- e. Designar equipe técnica composta por mão-de-obra especializada e qualificada em quantidade necessária a boa execução dos serviços;
- f. Corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas, o serviço prestado com vício, defeito ou incorreção apontada pela fiscalização;
- g. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação;



- h. Cumprir todas as obrigações legais, em especial as de natureza fiscal, ambiental, trabalhista e previdenciária que sejam de sua responsabilidade;
- i. Responsabilizar-se por todas as medidas de segurança de seus empregados, prepostos e terceiros, garantindo, quando houver exigência legal para o serviço, que tenham realizado os treinamentos devidos e que façam uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), podendo a contratante interromper os serviços, sob ônus da contratada, caso verifique alguma irregularidade;
- j. Indenizar a contratante pelos danos que lhe causar;
- k. excluir da equipe designada para a execução dos serviços pessoa que se comporte de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições;
- l. apresentar e manter atualizada a garantia a execução durante toda a vigência contratual, nos termos previstos neste contrato e no Edital e seus anexos.

3.2. O exercício pela contratante do direito de supervisionar, controlar e fiscalizar a execução do objeto não atenuará, reduzirá ou eximirá qualquer responsabilidade ou obrigação da contratada.

4. Garantia à execução

4.1. A contratada deverá apresentar ao contratante, no prazo de 20 (vinte) dias consecutivos a contar do protocolo de entrega da via assinada do contrato, comprovante de prestação de garantia na modalidade de seguro-garantia, fiança bancária ou caução em dinheiro, correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

4.2. A garantia apresentada deverá assegurar o pagamento de:

- a. Prejuízos advindos do descumprimento total ou parcial do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. Prejuízos de qualquer natureza causados ao contratante pela contratada, seus empregados ou prepostos;
- c. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Sesc em Minas à contratada;
- d. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela contratada.



4.3. O contratante não executará a garantia quando verificar a ocorrência de:

- a. Caso fortuito ou força maior;
- b. Atos ilícitos dolosos praticados por colaboradores do contratante.

4.4. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as expressamente previstas neste instrumento.

4.5. A garantia, se na forma de caução em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, na Conta e Agência indicadas pelo contratante, e, após o final da vigência contratual, inexistindo pendências hábeis a justificar a sua retenção, o valor será integralmente restituído com correção monetária.

4.6. O contratante exigirá complementação e/ou revalidação/endorso da garantia na hipótese de alteração contratual ou renovação/prorrogação de prazo.

4.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, seja no contrato ou nos aditivos, poderá levar a aplicação de multa de mora e das demais penalidades previstas neste contrato.

5. Prazos

5.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da Resolução Sesc n.º 1252/12.

5.2. A prorrogação de prazo será feita por Termo Aditivo, exigida a atualização da garantia contratual.

6. Valor e Pagamento

6.1. O contratante pagará à contratada, pela execução completa do objeto ao longo de toda a vigência contratual, o valor de R\$ _____, conforme Proposta de Preços, desde que a fiscalização verifique a observância de todas as exigências previstas neste contrato, no Edital de Licitação e seus anexos.

6.2. Mensalmente, após conferência e aceite formal por parte do contratante, a contratada poderá emitir as notas fiscais para pagamento, discriminando os quantitativos e valores de cada posto de trabalho, inclusive os eventuais (quando utilizados).



6.2.1. As notas fiscais só poderão ser emitidas até o dia 20 (vinte) de cada mês, e entre a emissão da nota fiscal e sua entrega ao contratante não poderá transcorrer mais de 24 (vinte e quatro) horas.

6.2.2. A nota fiscal será emitida com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, em conformidade com as exigências legais, e contendo as seguintes informações:

- c. Objeto do Contrato;
- d. Número do Contrato;
- e. Período de referência do faturamento;
- f. Conta bancária, Banco e Agência;
- g. Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISSQN, INSS, IRRF e outros), se houver;
- h. Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pela contratante a fim de produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal.

6.2.3. Quando necessário, a fiscalização poderá exigir, junto da Nota Fiscal, a seguinte documentação:

- a. Comprovante de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social e com o FGTS, considerada na data de liquidação da despesa do fornecedor;
- b. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- c. GFIP do Prestador.

6.3. Recebida a nota fiscal acompanhada da documentação pertinente, o contratante verificará a sua adequação em até 10 (dez) dias consecutivos.

6.3.1. Caso seja constatada qualquer pendência, o contratante dará ciência à contratada e devolverá a nota, reiniciando o prazo de 10 (dez) dias consecutivos quando da reapresentação dos documentos.

6.3.2. A devolução de nota fiscal pelo contratante não importará na suspensão da execução dos serviços pela contratada, nem a eximirá de realizar o pagamento devido a seus empregados ou de adimplir qualquer obrigação financeira decorrente da execução do contrato.



6.4. Verificada a adequação da nota fiscal e dos documentos emitidos, o pagamento será efetuado, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, observando o seguinte planejamento:

- a. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 06 e 15 do mês corrente serão pagas no dia 05 do mês subsequente;
- b. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 16 e 25 do mês corrente serão pagas no dia 15 do mês subsequente;
- c. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 26 e 05 do mês corrente serão pagas no próximo dia 25;

6.5. Todos os ônus fiscais que incidam ou venham a incidir sobre os preços dos serviços contratados serão de exclusiva responsabilidade da contratada, sendo deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos de qualquer esfera de governo, na forma determinada na legislação vigente.

6.6. O contratante poderá sustar os pagamentos devidos à contratada e reter os créditos e/ou a garantia, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a. à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b. à existência de débitos com o contratante;
- c. à existência de débitos de responsabilidade da contratada, inclusive de natureza fiscal e trabalhista, relacionados com os serviços contratados.

9.1 As retenções acima enumeradas não constituem o contratante em mora e não geram direito a alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços.

9.2 Havendo atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a taxa de compensação financeira devida pelo contratante será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



$$I = (TX)/365; I = 0,06/365; I = 0,00016438.$$

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.

7. Alterações contratuais e repactuação

7.1. O contratante reserva-se ao direito de fazer alterações unilaterais no objeto que impliquem em supressão ou acréscimo qualitativo e/ou quantitativo, ficando a contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas:

- a. as supressões nos serviços contratados limitadas a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- b. os acréscimos nos serviços contratados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes podem ser realizadas para além do percentual fixado no item anterior.

7.3. Somente serão reconhecidos os acréscimos, supressões e alterações realizadas mediante formalização de Termo Aditivo.

7.4. Em caso de aditamentos contratuais, poderá ser exigida a complementação ou renovação da garantia.

7.5. Os preços contratados para a mão-de-obra poderão ser repactuados desde que haja solicitação da contratada dentro do período de vigência contratual, e antes de eventual prorrogação, acompanhada da demonstração analítica da variação dos custos, por meio da apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou de novo acordo, convenção, ou sentença normativa.

7.5.1. A data inicial para contagem do prazo de 12 (doze) meses a partir do qual poderá ser requerida a repactuação da mão-de-obra será a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente quando da apresentação da proposta.

7.6. Os materiais e equipamentos poderão ser reajustados, após 12 (doze) meses contados da data da proposta, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou, no caso de sua exclusão, de outro índice que venha a substituí-lo.



7.7. O vale transporte poderá ser reajustado mediante comprovação de aumento em legislação municipal específica.

8. Suspensão dos serviços

8.1. O contratante tem a prerrogativa de suspender a execução do objeto deste contrato mediante comunicação formal à contratada, a quem incumbirá a imediata paralisação.

8.2. A suspensão da execução dos serviços terá duração de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ocorrer por interesse do contratante ou por determinação do Poder Público.

8.3. Quando da suspensão, o contratante poderá efetuar o pagamento dos serviços já realizados, nos termos do contrato, desde que recebidos pela fiscalização.

8.4. Não tendo a suspensão sido causada por culpa da contratada, os prazos poderão ser prorrogados quando da retomada dos serviços.

9. Sanções administrativas

9.1. É vedado à contratada descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- a. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas em contrato ou no Edital e Termo de Referência respectivo, quando aplicável.
- b. Paralisação desautorizada, ou atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;
- c. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- d. Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços/produtos fornecidos;
- e. Prestação de serviço de qualidade inferior ao pactuado;
- f. Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

9.2. É igualmente vedado à contratada a conduta ou omissão que configure inobservância à legislação vigente, à boa-fé objetiva, ou aos deveres anexos do contrato (informação, fidelidade, respeito, cooperação e confiança).



9.3. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a contratante poderá aplicar à contratada, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a. Multa moratória;
- b. Multa por inadimplemento de até 25% do valor do contrato ou da licitação, quando inexistente o contrato;
- c. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d. Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada.

9.4. A aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

9.5. No caso de descumprimento pela contratada dos prazos previstos neste contrato, no edital e seus anexos, ou nos demais documentos formalizados ao longo da vigência contratual, será aplicável multa moratória calculada no percentual de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso.

9.5.1. A multa moratória apurada será descontada diretamente do pagamento do serviço ou fornecimento entregue em atraso, independente da aplicação das demais penalidades estipuladas nesta cláusula.

9.5.2. Para fins de cálculo da multa moratória, a etapa de mobilização do contrato, consistente na apresentação inicial de documentos, quando prevista, terá seu valor correspondente a 10% do valor total do contrato.

9.6. A aplicação das multas previstas nesta cláusula não impede a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela contratante excedam o valor da multa fixada.

9.7. O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pelo contratante e da garantia contratual prestada pela contratada, quando houver.

10. Rescisão

10.1. Caberá a rescisão unilateral do contrato por parte do contratante por razões de seu interesse, de alta relevância.



10.2. O contratante também poderá realizar a rescisão unilateral nas seguintes situações, dentre outras:

- a. ocorrência de caso fortuito ou de força maior que impeça a continuidade deste contrato;
- b. decretação de falência ou instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade, ou o falecimento da contratada;
- c. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da contratada que prejudique a execução do objeto contratual.

10.3. O Contrato também poderá ser rescindido de forma amigável, por acordo entre as partes.

11.1. Privacidade e Proteção de Dados

11.1. Em cumprimento às determinações da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a contratada deverá:

- a. Adotar medidas de segurança da informação compatíveis com volume de suas operações, bem como à sensibilidade das informações custodiadas, aptas a preservar a disponibilidade dos dados pessoais tratados em decorrência da execução deste instrumento, e que evitem acessos não autorizados, bem como previnam incidentes segurança que violem a integralidade e confidencialidade destes dados;
- b. Garantir o sigilo dos dados pessoais acessados em razão da celebração deste contrato;
- c. Comunicar o contratante em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência (ainda que indícios) de incidentes de segurança que possam impactar os dados pessoais tratados em decorrência da execução deste instrumento;
- d. Disponibilizar canal de acesso aos titulares de dados pessoais para exercício dos direitos previstos no art. 18 da LGPD, em conformidade com a legislação sobre o tema;
- e. Colaborar com o contratante para obtenção e gestão dos consentimentos que se façam necessários ao tratamento de dados na execução deste Contrato;
- f. Realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados pessoais, quando notificada pelo contratante a partir de requisição pelo titular, salvo se houver base legal para manutenção destes dados;



- g. Manter registro das operações de tratamento de dados que realizar, incluindo a seleção do método e das finalidades de tratamento, bem como a determinação da base legal aplicável;
- h. Indicar formalmente o Encarregado de Dados (DPO), exceto se desobrigado por Lei ou pela Resolução n.º 02 de 27/01/22 da ANPD;
- i. Vedar o compartilhamento de dados pessoais recebidos em razão deste contrato com terceiros estranhos ao seu objeto, salvo se encaminhado a operador de uma das partes contratantes, ou quando determinado por Lei.

12. Disposições finais

12.1. A contratada não poderá caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, nem transferir ou ceder os direitos e obrigações deste contrato, salvo mediante autorização prévia e expressa do contratante.

12.2. Fica vedada a emissão de duplicatas com base neste contrato, não se responsabilizando o contratante por seu pagamento.

12.3. A eventual abstenção do contratante do uso dos direitos a ele assegurados neste contrato ou a não aplicação de penalidades nele previstas, não será considerada novação ou renúncia.

12.4. Todas as notificações e entendimentos entre o contratante e a contratada serão realizados por escrito.

12.5. O foro do presente Contrato é o da Comarca de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

Contratante

Escolher um item.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO –
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS



Contratada

Nome do Responsável
NOME DA EMPRESA

Testemunha 1

Nome da Testemunha

Testemunha 2

Nome da Testemunha